

(RE) SIGNIFICAÇÕES DO EMPÍRICO NO DECORRER DA HISTÓRIA DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO: UM DIÁLOGO EM TRÊS MOMENTOS

(Re) significations of empirical along the history of Geographic knowledge: a dialogue in three moments

Fabício Pedroso Bauab*

***Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE / Francisco Beltrão, Paraná**
fabriciobauab@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo trata da história e da epistemologia da Geografia - apesar da interdisciplinaridade inerente ao seu conteúdo -, mais especificamente do significado do saber empírico ao longo do tempo para o conhecimento geográfico. Para tanto, estruturamos o texto em três momentos, que são comparados e enredados. O primeiro abrange o período medieval e sua predileção pelo elemento textual e apoloético, embasados em premissas basilares do cristianismo. Aqui, ao elemento empírico são sobrepostos conteúdos textuais de diferentes épocas, objetivando equiparar a grafia do mundo a elementos religiosos. O segundo momento refere-se ao período conhecido como Grandes Navegações. Nele, novas gentes e terras são desveladas pela Europa - principalmente por espanhóis e portugueses - que, pelas evidências empíricas das novas paragens, viu-se obrigada a pôr em questionamento algumas verdades da tradição medieval fortemente presentes nos séculos XV e XVI. Por fim trataremos da viagem de Alexander von Humboldt à América Espanhola (1769-1859). Aqui, o sábio prussiano vai (re) significar o empírico mediante uma complexa simbiose entre procedimentos científicos convencionais, elementos do Romantismo Alemão, bem como do aporte pretensamente científico de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832). Cabe mencionar que o artigo tem como premissa basilar a relação intrínseca entre o tipo de relevância dado ao empírico e a conjuntura histórica em que tal relevância ganha contornos próprios.

Palavras-chave: Idade Média. Descobrimientos. Humboldt. Empírico.

ABSTRACT

The current article is about the history of Geography Epistemology - despite the interdisciplinary of its content - more specifically the meaning of its empirical cognition through the times for the geographical knowledge. For this purpose, it will be structured the text in three moments, which are compared and tangled. The first includes the medieval period and its predilection for the textual and apologetic element, based on fundamental premises of Christianity. In here, textual contents of different times are overwritten to the empirical element, aiming to equate the writing of the world to religious elements. The second moment is about the knowledge period known as Great navigations. New people and lands are unveil through Europe on it - mainly by the Spaniards and Portuguese discoverers - which by the empirical evidences of the new places, was obligated to question some trues from the medieval tradition strongly present in the fifteen and sixteen Century. At last it will be discussed about the trip of Alexander von Humboldt to the Spaniard America (1769 - 1832). Here, the wise Prussian will (re) signify the empirical upon a complex symbiosis between conventional scientific procedures, elements of German Romanticism, as well as the scientific input of Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832). It is important to mention that the article has as a fundamental premise the inherent relation between the kind of relevance given to the empirical and the historical moment in which such relevance gains its owns treats.

Keywords: Middle Age. Discoveries. Humboldt. Empirical.

1. INTRODUÇÃO

A palavra empírico parece ser auto-explicativa. De fato, ao nela nos retermos, vem à mente significados aparentemente unívocos. Abbagnano (2000), traz as seguintes definições para a palavra

em seu “Dicionário de Filosofia”: a) saber que se adquire através da prática, da repetição e da memória; b) intuitivo ou sensível; c) conhecimento que pode ser posto à prova e verificado, opondo-se à metafísica; experiência; d) aquilo que se opõe ao experimental no sentido em que indica experiência bruta ou a observação não controlada; e) algo factual, contrapondo-se ao analítico.

No decorrer do texto, trabalharemos com uma visão bastante convencional acerca do empírico. Em relação aos objetos sensíveis, nos pautamos na ideia de que o empírico constitui o *a priori* que nos proporciona as sensações, experiências e cujas individualidades dão vazão para a sistematização de conceitos elaborados a partir dele. Daí a conotação empirista acerca da geografia pré-científica, que organizava dados empíricos, sensíveis, enfim, conteúdos do espaço.

Assim, a Geografia, em suas mais controversas definições de objeto de estudos, tem, por razões simples, a empiricidade dos fenômenos espaciais, mesmo sendo esses sujeitos a abstrações que cunham diversidades explicativas, como ponto de partida dos saberes que produz. Afirmado isso, pode parecer, a princípio, estranho pautar a escrita de um artigo sobre algo que soa encerrado em si mesmo e indubitável. Porém, torna-se verdadeiramente crível uma problematização do significado do empírico na transição da Idade Média para a Idade Moderna, pois, em nosso entendimento, tal resgate lança luz sobre problemáticas históricas e epistemológicas do saber geográfico.

É visando problematizar, portanto, possíveis significados do empírico que se incrustaram no saber geográfico, na transição da Idade Média para a Idade Moderna e na posterior viagem de Humboldt, que apresentaremos o texto a seguir.

2. O VOLTAR-SE AO CRIADOR E O MUNDO COMO TEXTO

No início da Idade Média havia, entre os primeiros padres da Igreja, um ascetismo tendo em vista o mundo material que, radicalmente, minimizava em importância a realidade empírica, o visível. Kimble (2000) salienta a inspiração socrática na ênfase dada aos deveres morais e Santo Agostinho (354-430) restringe o verdadeiro conhecimento a uma atividade de (re) ligação espiritual que se processa no interior do sujeito, como uma espécie de iluminação divina. Há um elemento matricial do pensamento cristão, que é a distinção entre Criador e Criatura, como Santo Agostinho (1999, p. 110-111) bem explicita na citação a seguir:

Se te agradam os corpos, louva nele a Deus e retribui teu amor ao divino Artista para Lhe não desagrades nas coisas que te agradam. Se te agradam as almas, ama-as em Deus porque são também mudáveis, e só fixas n'Ele encontram estabilidade. Amas, portanto, n'Ele, arrebatada-Lhe contigo todas as que puderes e dize-lhes: “Amemo-Lo”. Ele, que não está longe, foi o criador destas coisas. Não fez para depois as deixar, mas d'Ele vêm e n'Ele estão.

O empírico tem importância secundária. No máximo serve de estímulo primeiro para reflexões e intenções *a posteriore*, que pouco se relacionam ao estudo de sua diversidade e a compreensões vinculadas a relações de causa e efeito da matéria. E o impacto dessa visão estendida por séculos não foi pequeno em se tratando do saber geográfico.

Conforme já escrevemos antes (BAUAB, 2005; BAUAB, 2012), o traço material, a grafia do mundo só tem significado a partir da premissa agostiniana de impulso para a sensação da alma. O significado está em uma sobrenatureza que se remete para além do físico. O artista, por exemplo, segundo Grouler (2004), deveria inventar formas correspondentes aos preceitos da realidade espiritual moralizadora transcendente ao mundo físico. Os anjos, em sua imaterialidade, fariam o caminho que ligaria a insignificante realidade da matéria às máximas do absolutismo espiritual (DURANT, 2000). Neste sentido, Le Goff (2016, p. 321), ressalta:

É a referência a uma unidade perdida, lembra e invoca uma realidade superior e oculta. Ora, no pensamento medieval ‘cada objeto material era considerado a

figuração de algo que lhe correspondia no plano mais elevado e, assim, tornava-se seu símbolo'. O simbolismo era universal, e pensar era uma perpétua descoberta de significações ocultas, uma constante "hierofania".

No século XIII, por mais que a Cristandade tenha passado por inúmeras mudanças na reprodução de sua vida material, São Tomás de Aquino (1963) (1225-1274) manterá, em sua ideia de cadeia dos seres, um grau de derivação do Divino que, em diferentes escalas de perfeição atinge as criaturas terrestres. Lovejoy (2005) aponta, na aludida cadeia, graus escalonados da bondade de Deus na diversidade da existência material e imaterial. Há mais ou menos traços da benevolência divina em toda a Criação, o que permite um escalonamento na distribuição dessa dádiva. E isso enredaria os seres, pois não existiria a maldade, mas graus distintivos da presença de Deus e de Sua perfeição. E aqui, o aspecto material da existência é declinante diante do imaterial mais próximo de Deus.

Tomemos a Cartografia como exemplo daquilo que estamos argumentando. Neste sentido, o mapa-múndi de Ebstorf (Figura 1), de autoria provável de Gervásio de Tilbury (1140-1230), permite uma série de argumentações no sentido do que estamos explanando. Vamos a ele então.

Figura 1 – Reprodução do Mapa de Ebstorf



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/832954893551458604/>. Acesso em: 7 de fev. 2020.

O referido mapa constitui-se, segundo Dreyer-Eimbcke (1992), no ponto de culminância dos mapas TO's, criados por Isidoro de Sevilha no século VII. Neles, vale a consideração, a parte de cima, plana e circular de um cilindro, é cercada por um mar oceano e contém três continentes em seu interior (Ásia, Europa e Ásia), formando o mundo. Cada continente teria sido repovoado após o Dilúvio pelos

três filhos de Noé: Sem, Cam e Iafé. Cabe destacar a simbologia do número três, pois ele faz alusão também aos três reis magos e à Santíssima Trindade.

O mapa de Ebstorf, por sua vez, é bem mais complexo do que os primeiros TO's. Descrevendo o relato bíblico no sentido anti-horário, há nele, conforme já apontamos (BAUAB, 2012), uma completa desarticulação espaço-tempo. No seu interior figuram a Torre de Babel, a Arca de Noé incrustada no monte Ararat, além da cidade de Cartago, destruída 1500 anos antes. No fundo do mapa há a figura de Cristo, com a cabeça, os pés e as mãos servindo de alusão aos pontos cardeais (DREYER-EIMBCKE, 1992).

Confirmamos, com as considerações acerca desse mapa, a ideia central que norteia o início do presente artigo: o pouco crédito dado ao que, atualmente consideramos como empírico, factual. A grafia do mundo, a materialidade dos objetos, tinha importância por ser parte da Criação. Porém, com a predominância da religião e sua função de ligação com o sagrado imaterial, a ênfase era dada para o sobrenatural, para o Criador. Exemplificaremos isso com ênfase dada ao saber geográfico do período.

Isidoro de Sevilha pode servir de parâmetro inicial para o que queremos explicitar neste momento. Vivendo no séc.VII, escreveu uma das mais significativas obras da Idade Média, a "Etymologiae".

Kimble (2000) destaca que ao longo de seus vinte volumes, tanto o décimo-terceiro quanto o décimo-quarto tratam de assuntos ditos geográficos. A manipulação de fontes escritas em diferentes momentos é a sua principal "metodologia" para a reconstrução da grafia do mundo. Exemplo disso é que, na aludida obra, os habitantes da Etiópia foram descritos com as mesmas palavras com as quais Solinus (sécs. III ou IV) descreveu os indianos (KIMBLE, 2000). Cabe acrescentar que Solinus escreveu sua "Collectanea rerum memorabilium" tendo por base, em relação aos aspectos geográficos, Plínio, o velho (25-79 d. C) que assumidamente, pautava-se em fontes secundárias, como Megasthenes (séc. IV a.C.) (BAUAB, 2012).

Pulando do século VII, já para meados do fim da Idade Média, temos em Jean de Mandeville, no século XIV, escritor aclamado do seu tempo, o mesmo "procedimento metodológico" de Isidoro. Narra, o referido autor, ter passado pela Turquia, Armênia, Pérsia, Síria, Arábia, Egito, Líbia, Caldeia, Etiópia, Índia e pelo fabuloso reino de Preste João e em suas andanças pelo mundo, que acreditava ser esférico. Não seria tão convincente assim se não construísse sua narrativa na primeira pessoa do singular. Contudo, sabe-se que Jean de Mandeville cruzou referências textuais na construção de sua própria obra. Autores como Solinus, Odorico de Pordenone (1286-1331), o próprio Isidoro, além de vários outros, foram ajustados na construção de sua obra, caracterizando o que Serna (2005) veio a chamar de intertextualidade.

Neste cenário, tal intertextualidade acaba por ser responsável por velar a atualidade do mundo, fazendo o presente submergir pelas camadas de textos e crenças cruzadas que eram sobrepostas ao mundo. Assim, de Solinus Jean de Mandeville extraiu o monstruoso e o maravilhoso que preencheriam o Extremo Oriente do mundo: os dogheads, narrados antes por Plínio, os ciápodas, homens detentores de genitálias que se estendiam até o chão, blêmios, entre vários outros.

Cabe mencionar, ainda em se tratando de Jean de Mandeville, a alusão de uma- informação que estimulou o imaginário medieval a partir do século XII: a crença na existência de um rico e pio reino cristão no coração da Ásia. Estamos nos referindo ao Reino de Prestes João.

Esse imperador, o Preste João, domina uma vasta extensão de terras, onde há muitas boas cidades e vilas e muitas ilhas grandes e largas, pois toda a terra da Índia está dividida em ilhas em razão dos grandes rios que nascem no Paraíso e dividem toda a terra em muitas partes. Também no mar tem o imperador muitas ilhas (MANDEVILLE, 2007, p. 229).

É importante ressaltar que as histórias sobre o reino de Preste João no Oriente, lugar pio e cristão, ganharam impulso, segundo Carvalho (1998), no ano de 1165, em carta apócrifa endereçada

ao imperador bizantino de Roma e ao rei francês. Entre outras coisas, a carta alude à existência asiática de um rico reino cristão. Tal país dos sonhos foi, por conta de não ter sido encontrado, transferido para a Abssínia tempos depois. Ramos (1998, p. 13) resume bem a complexidade da carta.

Provavelmente elaborada em fins do século XII, apresenta-se como uma amálgama ou síntese de diversas tradições cosmográficas ou enciclopédicas (gregas e romanas, nestorianas, católica, orientais.) que se referem à Índia e a um modelo social e político-religioso a que diversos autores atribuem características simbólicas.

Três aspectos, no nosso entendimento, conferem uma boa compreensão da legitimidade que obras desse tipo recebiam na Idade Média: o princípio da autoridade, o ler e o ouvir falar.

Em uma sociedade que pouco se deslocava espacialmente, em parte graças ao recrudescimento do comércio, das cidades e pela fragmentação territorial dos feudos, Le Goff (2016) ressalta que validar autoridades inquestionáveis se relaciona diretamente a uma estabilização de consciências pela tranquilidade emanada de um saber inquestionável, no caso, o religioso. Assim, alude o autor, a referência ao passado é uma forma de estabilizar o presente e garantir a quietude de tal estabilidade num cenário futuro.

Tais autoridades poderiam ser pagãs. Isso se aquilo que fora provindo delas não entrasse em conflito com as Sagradas Escrituras. Ainda segundo Le Goff (2016, p.316), temos que: “Evidentemente é na teologia, ciência suprema, que o uso das autoridades encontra seu auge e, fundamentando toda a vida espiritual e intelectual, é submetida a uma regulamentação estrita”.

Para o referenciado autor, o peso das autoridades, cristãs ou não, não se fazia sentir só sobre os intelectuais, pois, por exemplo, era transmitido pelos camponeses por gerações e gerações via oralidade. Neste aspecto, destaca Crosby (1999), o ver não era mais importante do que o ler e o ouvir falar. Textos consagrados e conciliados com os dogmas da Igreja, a oralidade e o ouvir equilibravam-se como elementos conciliadores da cultura medieval. Não era absolutamente necessário o contrapeso da evidência empírica.

Assim, faz bastante sentido a afirmação de Kimble (2000, p. 56):

A Geografia do século XIV é essencialmente a Geografia do século VIII e é, de fato, muito pouco diferente daquela do século XV, pois Colombo (como Alexander von Humboldt primeiramente observou) retirou muito de suas ideias de Pierre d’Ailly, que bebeu-as amplamente de Roger Bacon, que, por sua vez, foi fortemente influenciado pelos primeiros padres.

O citado Colombo causará, sem saber, fissuras no pensamento geográfico medieval. É sobre isso que falaremos a seguir.

3. CONTRASTES ENRE O VISTO E O LIDO/OUVIDO

O presente item apresenta a seguinte intencionalidade: mostrar como o encontro de novas terras e gentes a partir das chamadas “Grandes Navegações”, proporcionou, aos europeus, uma revolução sem precedentes. Isso se deu não só na economia pela solidificação do mercantilismo, mas em todas as áreas do saber e das estruturas sociais pujantes na época.

No âmbito geográfico, verdades seminais caem, gradativamente, por terra pelo choque entre uma tradição pautada em textos, na oralidade e nas já citadas autoridades e o encontrado pelas ditas viagens/navegações. O visto, nas terras americanas, contrapôs experiência e tradição. Pouco a pouco, ideias como a da não possibilidade de se transpor a chamada zona tórrida viram ficção, e o saber empírico factual e objetivo ganha ares de legitimidade intelectual e de necessidade para prática para o mercantilismo europeu. Falemos desse processo.

O ano é o de 1492. Rodrigo de Triana, a bordo da Pinta, vê, conforme o diário de Colombo (1991), terras. Desta feita, podemos dizer que se iniciava a abertura do mundo que esteve à frente da constituição do início da modernidade.

Chegaram em Watlings, ilha que hoje integra as Bahamas. Todavia, no esquema mental que estruturava a compreensão do Almirante genovês Cristóvão Colombo, haviam aportado na Ásia, próximos às Índias, terras soberbamente ricas. O genovês, com base em Pierre d'Ailly (1350-1420), achava que o mundo fosse bem menor (BENASSAR, 1998). Os conflitos que surgiam em Colombo serviriam para que o Almirante adaptasse o visto aos padrões mentais medievais e às narrativas de Marco Polo (1254-1324), representadas em mapa por Toscanelli (1397-1482).

Colombo (1991, p. 62-63), no diário da primeira viagem, relatou, como sempre o fez, na terceira pessoa do singular, aos reis espanhóis “[...] achou aqui, nozes iguais às da Índia [...] e enormes ratões, também como os da Índia [...] e caranguejos imensos”. Há aqui uma clara alusão a Marco Polo e isso continua a seguir: “Eu [...] soube ali das minas de ouro das províncias de Ciamba, que tanto procurava” (COLOMBO, 1991, p. 152-153). Cabe destacar que Ciamba foi o nome dado por Marco Polo à Conchinchina.

Cristóvão Colombo foi, de acordo com Chauí (1998), um exegeta, não reconhecendo a imensa novidade que o cercava. A verdade deveria saltar do livro de Marco Polo, entre outros, sobre o empírico. Assim: “O Novo Mundo emerge como texto original no qual a inscrição da diferença vai sendo progressivamente substituída pela superposição de identificações que tendem a satisfazer o horizonte de perspectivas do receptor” (GIUCCI, 1991, p. 115).

Tal tendência, digamos, de envelhecer o novo – do ponto de vista europeu – fez-se presente nas quatro viagens que empreendeu. Contudo, ao se deparar com as novas terras e gentes, abriu caminho para que o mítico ideário geográfico medieval fosse perdendo força. Para nós, Assim, Colombo encontra-se no meio do conflito típico do início da modernidade que teve ensejo graças às suas empresas: o novo *versus* o velho. Porém, tal perspectiva já tivera um início anterior.

Em discordância com o famoso mapa-múndi de Ptolomeu (90-168), que ligava o sul da África a um suposto e extenso continente austral, a empresa de Bartolomeu Dias (1450-1500), realizou algo revolucionário. Contornou o sul africano em 1488 mostrando um caminho exequível para as afamadas terras indianas. De mar, o Índico alçou o grau de oceano. Graças ao prodigioso feito da navegação chefiada por Dias, “dobrando” o Cabo da Boa Esperança, Vasco da Gama (1469-1527), em difícil viagem, comandou o feito de ir e vir às Índias.

Américo Vespúcio (1454-1512) foi figura singular nesse processo de desvelamento do mundo. Trabalhando ora para os portugueses, ora para os espanhóis, realizou três grandes navegações, pleiteando o êxito que Colombo não teve: chegar em um dourado Oriente navegando rumo ao Ocidente. Isso num contexto de credulidade em uma Terra circunferencial.

Os resultados mais efetivos dos intentos de Vespúcio deram-se na viagem de 1501, realizada a serviço de Portugal (BAUAB, 2012). Segundo O’Gorman (1992), o objetivo de tal navegação foi o de achar uma passagem entre as terras encontradas por Colombo para chegar às águas do hoje Oceano Índico, culminando em um aportar nas Índias.

Navegando através de parte do litoral brasileiro, constatou a extensão imensa e contínua das terras exploradas por Colombo (BAUAB, 2012), que se prolongavam até as áreas tempestuosas próximas do círculo antártico (O’GORMAN, 1992).

Cabe ressaltar que, ao perceber, empiricamente, a extensão daquelas terras desnudadas inicialmente por Cristóvão Colombo, Américo Vespúcio viu-se na inusitada situação de desconfiar da velha perspectiva tripartida de mundo (África, Ásia e Europa), amparada no elemento textual e simbólico imanente ao saber medieval. Os três filhos de Noé que repovoaram cada continente do mundo e a analogia entre tais três continentes com a Santíssima Trindade são exemplos disso. Autores como Randles (1994) e Fernández-Armesto (2009), afirmam que Vespúcio creu estar nas Índias. O navegador, entretanto, expressou características dos novos tempos que estavam por vir, defendendo o ineditismo das terras e gentes que encontrou. Escrevendo para Lorenzo de Médice, explicitou: “[...]”

mais vale a prática do que a teoria” (VESPÚCIO, 2003, p.143). Dito isso, podemos perceber que, pouco a pouco, o empírico foi se tornando fundamental na resolução do conflito entre novidade e tradição que esteve presente fortemente no início da modernidade.

Talvez, entretanto, a viagem mais impactante nesse processo de conflito entre uma tradição de estabilidade quase milenar e outra inovadora, que tomava dos ditos Descobrimentos verdades calcadas nas novidades adquiridas via conhecimento empírico, tenha sido a liderada por Fernão de Magalhães (1480-1521).

Português que prestou seus serviços para a Espanha, Magalhães, como é amplamente sabido, realizou a primeira viagem de circum-navegação. Zarpando em 1519 de Sanlúcar de Barrameda, com cinco navios e aproximadamente uma tripulação de 237 homens, o português almejava chegar às Índias atravessando a hoje América, conforme as pretensões de Vespúcio.

Magalhães se estendeu mais ao sul e, após alguns percalços entre a tripulação, chegou ao labiríntico estreito que hoje leva o seu nome. Demoraram cerca de 27 dias para cruzar os 600 Km do aludido estreito (BOORSTIN, 1989) e finalmente, quando o ultrapassaram, não encontraram as águas do Índico que os conduziria rumo às Índias. O fidalgo veneziano Antônio Pigafetta (1491-1534), que acabou se tornando o cronista oficial da empresa, assim narrou o que encontraram ao transpassarem o estreito: “Na quarta-feira, dia 28 de novembro de 1520, saímos do estreito para entrar no grande mar, ao qual em seguida chamamos de Pacífico, e onde navegamos três meses e vinte dias sem provar nenhum alimento fresco”. (PIGAFETTA, 2005, p. 81).

O encontro com o batizado Mar Pacífico e os mais de cem dias que levaram para cruzá-lo não era, obviamente, previsto. Navios e tripulantes pereceram em profusão. Chegaram a aportar em ilhas asiáticas, onde encontraram provisões, mas também a morte em conflitos com nativos. Magalhães pereceu nas Filipinas. Em 08 de setembro de 1522, apenas 18 homens aportaram em Sevilha, completando a primeira viagem de circum-navegação da história. Dreyer-Eimbecke (1992) chega a ressaltar que antes desta viagem, apenas 22% do mundo era aproximadamente conhecido. Depois do encontro com o Pacífico tal percentual aumentou bastante.

Diríamos que agora o termo novidade, que embasa o significado de modernidade, começa a ganhar força e o dado empírico foi sendo gradativamente organizado, saltando à frente do simbolismo, bem como do ler e ouvir falar medievais.

Assim, Cristóvão Colombo, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Américo Vespúcio e Fernão de Magalhães contribuíram para o ainda longínquo, mas processualmente ativo, movimento de percepção da inteireza do mundo. No sentido de explicitar ainda parte desse desnudamento, trabalharemos a seguir com os chamados cronistas das Índias, que proporcionaram ora narrativas conflituosas sobre a América Espanhola, ora ensaiaram arrojadas descrições da alteridade das novidades encontradas. Tal processo já se deu em terras interioranas, é bom aclarar.

O reconhecimento da novidade das novas terras e gentes, oriundo, ao nosso ver, dos desdobramentos das viagens colombianas, foi enriquecido pelas primeiras tentativas de sistematização dos conteúdos gradativamente encontrados. Nestas tentativas, aos poucos o contato com fatos empíricos não conhecidos pôs sumariamente em cheque a tradição medieval, sendo que as explorações por terra amplificaram esse processo (BAUAB, 2012). Com o intuito de exemplificar isso – explorações por terra – faremos, brevemente, um diálogo com as chamadas Crônicas das Índias, conforme veremos a seguir.

As Crônicas das Índias constituíam narrativas como textos em diários, cartas, cartas-relatório, crônicas, relatos, entre outras formas de notícias acerca do Novo Mundo (SERNA, 2005), o que explícita a necessidade dos agora conquistadores conseguirem uma compilação de eventos históricos e dados geográficos.

De acordo com Capel (1999), a longínqua “História Natural” de Plínio (23-79 d.C), foi, geralmente, usada como modelo para organização dos novos dados, o que já demonstra um afã/necessidade pelo reconhecimento da alteridade do encontrado. Aqui, o choque com a tradição medieval e as autoridades antigas será ainda maior. Tomemos alguns exemplos.

Gonzalo Fernández de Oviedo (1478-1557) (apud CAPEL, 1999, p.55), em sua *História Natural e Moral das Índias*, escreveu: “Para que eu quero trazer a autoridade dos antigos nas coisas que eu vi e nas que a natureza ensina a todos e se veem todos os dias” Oviedo elaborou um método bastante salutar para inventariar as informações das Índias Ocidentais: Relacionou aspectos geográficos aos fatos históricos, atendo-se, segundo Capel (1999), às circunstâncias topográficas, hidrográficas e climáticas.

Bartolomeu de Las Casas (1474/84-1556), conhecido pelas denúncias que fazia à dizimação dos índios pelos espanhóis (BAUAB, 2012), defendeu a capacidade intelectual dos nativos embasado na premissa de que o clima das novas terras é o melhor possível, gerando tanto corpos quanto intelectos bem-dotados (SERNA, 2005; CAPEL 1999).

Em relação aos demais Cronistas das Índias, José de Acosta (1540-1600), autor muito lido e respeitado por Alexander von Humboldt, apresenta maiores traços de modernidade em relação aos demais cronistas (CAPEL, 1999). Por conta disso, refutou, além de autoridades pagãs, padres da Igreja e certas afirmações da filosofia natural presentes na Bíblia (SERNA, 2005). O’Gorman (1992) é mais cauteloso em sua análise, pois salienta que Acosta aceitou o novo até onde sua religiosidade permitiu.

Abordaremos, partir de agora, partes de sua principal obra: “História Natural e moral das Índias” (1590). Cabe salientar que o livro está estruturado da seguinte forma: a parte relativa à História Natural possui quatro livros e a relativa à História Moral, três.

O Livro Primeiro da História Natural é repleto de temas afins com a Cosmografia e com a Geografia. Em seus primeiros capítulos, o padre espanhol estabelece uma abordagem de como a Alta Idade Média e a Antiguidade conjecturaram com relação à forma da Terra e seu lugar no Universo. Cita Lactâncio (240-330, d.C.), que teria duvidado da forma esférica do planeta. Por fim, acaba por elogiar o interesse de todos pela Criação, o que já é um avanço em comparação ao ascetismo dos primeiros padres (BAUAB, 2012).

No “capítulo seis” deste livro I, ressalta que nos dois hemisférios do mundo, se encontram muito mais mares e terras do que acreditavam os antigos, “[...] a quienes faltaba experiência” (ACOSTA, s.d., p. 57).

Aparece em Acosta indícios claros de uma postura que se propunha a corrigir os antigos, desafiando o princípio da autoridade que destacamos no início do artigo. Avalia os argumentos de Santo Agostinho e Lactâncio contrários à existência do hemisfério antípoda e afirma, em tom quase moderno (BAUAB, 2012), que Lactâncio teria usado mais a imaginação do que a razão exaltando a sua preferência pela razão e pela experiência em assuntos de filosofia natural (ACOSTA, s.d.).

Assim, estando no Novo Mundo na segunda metade do século XVI, afirmou:

Nesta linha equinocial, achamos tantas e tão admiráveis propriedades, que com grande razão despertam e avivam os entendimentos para inquirir suas causas guiando-nos não tanto pela doutrina dos antigos filósofos, mas sim pela verdadeira razão e certa experiência (ACOSTA, p. 121, s.d.).

Desta feita, as explorações, sejam por terra ou por mar, transcorridas entre os séculos XV e XVI, redimensionaram grafias, contornos e extensões. O orbe terrestre se agiganta paulatinamente, mostrando inúmeros e variados elementos empíricos, que foram afastando maravilhas, explicações textuais e o citado ouvir falar a que fizemos alusão no início do artigo. Gradativamente, a alteridade ganha ares de obrigatoriedade de reconhecimento. Daqui, até o surgimento de uma ciência que desse conta da diversidade exposta, houve um passo curto, porém constante, processual.

4. A EXPEDIÇÃO DE HUMBOLDT E A NARRATIVA PROSA/POÉTICA SOBRE A REALIDADE EMPÍRICA AMERICANA

15 de julho de 1799. Humboldt chega à Cumaná, Venezuela. Personagem singular na história da ciência, o sábio prussiano constitui uma terceira e peculiar perspectiva de diálogo com o empírico

em nosso texto: aquele em que a realidade empírica ganha sua moderna forma interpretativa, conforme escrevemos no início do artigo. Entretanto, mesmo acolhendo todos os preceitos científicos convencionais de seu tempo – aderindo inclusive ao empirismo baconiano (VITTE; SILVEIRA, 2010) – Humboldt trata a natureza amparado também na qualificação, na apreciação estética das novas paragens via poetização e a uma visão unitária e de mundo.

Não seria equivocados dizer que em Humboldt o tratamento das ainda pouco exploradas terras americanas dialoga frequentemente com o Romantismo alemão e com o escritor Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832). Neste sentido, Humboldt nos oferece um projeto de saber não excludente, que abrangia ao mesmo tempo arte e ciência. Expliquemos melhor voltando um pouco no tempo.

4.1. Antecedentes teóricos necessários à discussão

4.1.1. *Qualidades primárias e secundárias da matéria, matematização e mecanização da natureza na irrupção da ciência moderna*

No avanço do saber científico moderno, emblematizado por nomes como Kepler (1571-1630), Galileu (1564-1642), Newton (1642-1727), Francis Bacon (1561-1626), Descartes (1596-1650), entre outros, há, apesar da singularidade teórica de cada um, certo consenso. Para melhor explicar essa afirmativa, recorreremos a um autor da antiguidade muito popular no início da modernidade: Demócrito (460 a.C. - 370 a.C).

Efusivamente reverenciado por Francis Bacon, Demócrito dizia que a camada última da matéria, do objeto, é constituída por átomos e seus arranjos e rearranjos. Apenas isso. Tal visão atomista/monista de mundo entende que as sensações que obtemos via esse movimento dos átomos, como o prazer estético, a diversidade das cores, as sensações da temperatura, entre outras, só existem por dependência das sensações que o dado empírico provoca no sujeito. A esse tipo de saber, dependente das sensações do sujeito, Demócrito chamou de *qualidades secundárias da matéria*. As qualidades primárias, que constituem verdadeiramente o objeto, só são evidentes quando o sujeito se despe de suas sensações qualitativas e penetra no instigante mundo empírico/material (BURTT, 1991). Tal divisão, ou classificação, fez-se notar claramente na perspectiva de saber e Galileu e Newton. Assim:

Para a nova ciência, muitas das chamadas propriedades sensíveis dos objetos são apenas reações do nosso organismo [...]. Colocado diante do mundo, o homem poderá distinguir, mediante as teorias e experimentos, aquilo que no mundo é objetivo e real (independente da presença do homem) e aquilo que pertence à esfera relativa, subjetiva e flutuante da experiência sensível. Número, grandeza, figura, posição e movimento não são ‘qualidades’ separáveis do conceito de corpo; o mundo é integralmente explicado em termos de estruturas e de movimentos materiais [...] (ROSSI, 1992, p. 186-187).

A matematização da natureza constitui-se, neste cenário, em certeza de exatidão e de extirpação de qualquer resquício subjetivo do tratamento dos objetos empíricos. E é nela que muitos desses autores se amparam. O regramento da razão, proposto por Descartes (1999) em seu *Discurso do método*, se ampara na exatidão dos preceitos quantitativos da matematização. Galileu (1973), por sua vez, associou a objetividade da filosofia natural e sua concordância com as qualidades primárias da matéria a um inatismo matemático da estrutura do mundo empírico, conforme expõe sua célebre frase:

A filosofia encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre perante os nossos olhos (isto é, o universo), que não se pode compreender antes de entender

a língua e conhecer os caracteres com que está escrito. Ele está escrito em língua matemática [...] (GALILEI, 1973, p. 119).

Outro aspecto a se ressaltar deste período é a compreensão mecanicista da vida, do funcionamento do mundo. À época, o desenvolvimento das artes mecânicas, se aproximando da teoria científica, percebida e defendida por F. Bacon (ROSSI, 1998), conduziu a analogias entre máquinas e natureza. A regularidade das leis naturais desveladas se assemelhava ao tic tac pendular e constante do relógio. E Deus, diante dessas mudanças todas? Descartes o caracterizaria como Aquele que deu corda ao mundo/relógio no início da Criação (HENRY, 1998).

Assim, gradativamente, a irrupção da ciência moderna conduz, no cenário aqui descrito, a um processo de laicização do saber, o que coincide com uma tendência de dessacralização da natureza. O arranjo atomístico da matéria que, para alguns, se amalgama a uma imanência matemática, afasta o sujeito e sua subjetividade do mundo.

Neste cenário, a descoberta da alteridade dos objetos empíricos surge como prerrogativa para o mapeamento, catalogação e organização de saberes sobre a realidade. Tudo em consonância com um processo de mercantilização da vida levado a cabo pelo incipiente capitalismo, que demandava um saber útil e que conduzia à posse da natureza, tornada recurso natural e um conjunto de dados empíricos a serem desacortinados.

4.1.2. *O pré-romantismo e o romantismo alemães*

Voltemos ao contexto de Humboldt. Há algumas décadas antes de seu desembarque na América.

Em sua clássica obra “*Werther*” (1774), Goethe narra a história de um jovem que se apaixona por uma moçoila, prestes a se casar, chamada Charlotte e que, após uma amizade inicial, finda por rejeitar o sentimento amoroso de Werther, personagem homônimo da obra. O curioso é que na polaridade instituída pela expectativa e depois pela rejeição por parte de Charlotte, a percepção da natureza parece variar de acordo com as mudanças de sentimentos da personagem. Antes da rejeição, Werther, por exemplo, descrevia com paixão e furor a natureza: “[...] não devemos ter o direito de sentir no raio, na trovoadas e na tempestade a proximidade de um poder mais do que potente, no perfume das flores e no murmúrio suave de uma brisa um ser amoroso se aproximando?”. (GOETHE, 1971, p. 2).

À medida que Charlotte não corresponde aos anseios de Werther, muda claramente a descrição:

Ah, as grandes e raras calamidades deste mundo, as inundações que arrasam as nossas aldeias, os tremores de terra que engolem nossas cidades, nada disso me comove; o que me dilacera o coração é esta força destruidora oculta em toda a natureza, esta força que nada cria para destruir-se e destruir a cerca ao mesmo tempo (GOETHE, 1971, p. 66).

À medida que Werther vai se sentindo mais distante de Charlotte, chega a escrever: “[...] não tenho mais imaginação nem sentimento de natureza” (GOETHE, 1971, p. 67). O vínculo interino e interdependente entre homem e as massas de matéria (o empírico) que se organizam dando plenitude à natureza e que cessa em Werther, constitui-se enredo e sensação de pertencimento em todos os sentidos à vida. E ele, Werther, se sente mortalmente ferido por tal desenlace e se suicida.

Há muito em comum com o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) na, digamos, busca frustrada de refúgio de Werther na natureza. Escritas entre 1775 e 1776, as cartas sistematizadas em *Os devaneios do caminhante Solitário* (1780), relatam caminhadas de um melancólico e arredio Rousseau tendo devaneios e reflexões andando nos arredores de Paris. Foge ele da civilização e busca se religar à natureza. Assim: “Logo que me vejo sob as árvores, em meio à verdura, creio estar no

paraíso terrestre e saboreio um prazer íntimo [...] como se fosse o mais feliz dos mortais” (ROUSSEAU, 1995, p. 111-112).

O período em que foram publicadas essas duas universais obras, (*Werther* e os *Devaneios*) não por acaso coincide com o surgimento, em solo alemão, de um movimento artístico-cultural denominado *Sturm und drang* (Tempestade e Ímpeto). Tal movimento encontra tanto em *Werther* quanto em os *Bandoleiros* (1781), de Friedrich Schiller (1759-1805) elementos que dariam a ele coesão: rebelião, inconformismo, sentimentalismo, irracionalismo, apreço pelo popular, sacralização da natureza e do homem, além do apreço pelo nacional (BORNHEIM, 1978).

Cabe apontar que o nascimento deste movimento deu-se em contraposição ao classicismo grego (HEGEL 1972), equilibrado e racional, com suas raízes inspirando o Iluminismo, vinculado a países de origem latina. Em alguns países de origem nórdica, por outro lado, entre outros aspectos, o culto pagão pela natureza e o irracionalismo da oralidade popular permaneceram vivos em meio à Cristandade e foram revigorados de forma hostil ao advento da ciência e da filosofia modernas, bem como do Iluminismo francês do século XVIII.

Para exemplificar o que estamos expondo, podemos nos referenciar em Falbel (1978) que faz importante alusão ao papel do filósofo Johann Herder Gotffried (1744-1803) em alguns preceitos assumidos pelo pré-romantismo. Segundo Falbel (1978), Herder via na língua uma espécie de acúmulo cultural de um povo, cujo lastro poético fazia alusão à interação entre esse povo e condições naturais e históricas de cada localidade. E isso deveria ser respeitado. Disso que foi afirmado, decorre forte crítica ao postulado Iluminista de unificação da humanidade pela razão, e essa crítica sairá do âmago do *Sturm und Drang* para o centro do Romantismo Alemão.

Segundo Claudon (s.d.) devemos iniciar a análise do Romantismo Alemão pelo filósofo Immanuel Kant (1724-1808). A “revolução copernicana” do filósofo foi a de tentar resolver o imbróglio entre empiristas (cujo grande expoente foi F. Bacon) e racionalistas (vinculados a Descartes). Sendo assim, lançou mão da seguinte premissa: a divisão, presente na *Crítica da razão pura* (1781), entre fenômeno e númeno. Assim, segundo Kant (1999, p. 71) “[...] Aquela intuição que se refere ao objeto mediante sensação denomina-se empírica. O objeto denominado de uma intuição empírica denomina-se fenômeno”. Já o objeto em si (*ding na sich*), chamado pelo filósofo de Königsberg de númeno, é inescrutável, inatingível. Nesta perspectiva, a intuição do espaço e do tempo, as impressões acerca da causalidade, substância, realidade e unidade dependem de nossas faculdades inatas, de nosso aparato cognitivo *a priori*. Sendo assim, o homem, é o legislador do mundo, pois o conhece mediante suas faculdades *a priori*, que na organização das sensações cria o fenômeno. Já aquilo que escapa a essas faculdades torna-se mistério, algo inalcançável, a inatingível *coisa em si*.

Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), em sua clássica “Doutrina da Ciência”, veio a questionar a antinomia kantiana entre fenômeno e númeno, negando o contrapeso do mundo numênico e aclamando a liberdade do Eu ativo em uma perspectiva totalmente idealista. A liberdade e o afã criativo do homem são expressão da verdade, e a idealidade humana tem que ser reafirmada como verdade. A matéria, o não-eu, constitui-se verdade apenas como meio, num movimento dialético, de fazer o Eu imaterial e real progredir. Cabe dizer que a apreciação da obra de Fichte e sua acolhida pela liberdade em meio à necessidade, empolgou os irmãos August (1767- 1845) e Friedrich Schlegel (1772-1829), para muitos os organizadores iniciais do Romantismo Alemão.

De acordo com Volobuef (1999); Bornheim (1978) e Safranski (2010), o Romantismo Alemão apresenta as seguintes características: afã pelo infinito; crítica às normas de coesão social; nostalgia; busca de refúgio na natureza; crítica à distinção sujeito-objeto oriunda da Ciência Moderna; crítica à matematização e/ou mecanização da natureza; crítica ao classicismo greco-romano; crítica ao utilitarismo iluminista; reencantamento do mundo; nacionalismo exacerbado em alguns círculos; crítica à divisão real-ideal, entre outros aspectos. Alguns nomes que edificaram o movimento na Alemanha foram: os já citados irmãos August e Friedrich Schlegel; Friedrich Holderling (1770-1843); Georg Phillipp Friedrich von Hardenberg (Novalis, 1772-1801); Ludwig Tieck (1773-1853);

E.T.A. Hoffmann (1776-1822), entre outros. No âmbito filosófico, destacamos Friedrich von Schelling (1775-1854), de quem falaremos mais adiante. Deixemos o, talvez, principal nome do movimento, defini-lo: “O mundo precisa ser romantizado. Assim reencontra-se o sentido originário. Romantizar nada é, senão, uma potenciação qualitativa” (NOVALIS, 1999, p. 43).

Antes, porém, de irmos para um diálogo com Humboldt, gostaríamos de, brevemente, caracterizar algumas ideias de Schelling e Goethe que são autores com os quais traçaremos vínculos mais estreitos com Alexander von Humboldt.

Schelling, debruçando-se sobre a filosofia idealista de Fichte, enfatizou que faltaria a ela um diálogo com a natureza. Assim, tratou de, mantendo parte da filosofia fichtiana, adentrar de forma especulativa, em uma seara nova no idealismo alemão. Tal seara consiste em vincular empírico com especulação, ideal com objetivo. Assim, “[...] um saber absoluto é somente aquele em que o subjetivo e o objetivo não se unem como opostos, mas em que o totalmente subjetivo é o totalmente objetivo e vice-versa” (SCHELLING, 2001, p. 127). Para o filósofo, materialidade e imaterialidade orquestrariam uma dança entre matéria e espírito, sendo a natureza o espírito trazido à luz da objetividade.

Goethe, por sua vez, teve uma gama bastante ampla de interesses, sendo a arte e a ciência as principais delas. Sendo um dos principais representantes do pré-romantismo, incorporou elementos do classicismo greco-romano oriundos de sua passagem pela Itália (1786-1788), que virou livro (“Viagem à Itália”, 1817). Sua obra máxima se deu no âmbito do teatro. “Fausto” (publicado integralmente em 1832, postumamente). Seu interesse por ciência o fez escrever obras como “A Metamorfose das Plantas” (1790) e a “Teoria das Cores” (1810), em que escreveu, em contraposição à “Óptica” de Newton, para quem as cores são fenômenos objetivos, fragmentos de luz branca e independentes da subjetividade humana: “O olhar é solar” (GOETHE, 2003a, p. 32). Há, em Goethe, ou talvez em todo Romantismo, um desfazer-se da divisão entre qualidades primárias e secundárias da matéria. Sua visão organicista da vida encontrou forte assento em Humboldt.

4.2. Humboldt

Realizamos toda essa exposição para afirmar ao leitor que Humboldt esteve a par desse emaranhado de ideias, exprimindo-as, enredando-as, negando suas totalidades ou parcelas de seu todo. Seus esforços intelectuais acerca do empírico e de sua organização em uma organização enredada - natureza – eram oriundos de múltiplas fontes, algumas das quais escapam às possibilidades desse artigo. Assim, sua expedição à América Equinocial empreendida ao longo de cerca de 60.000 Km, entre 1799-1804, passando por Venezuela, Cuba, Colômbia, Equador, Peru e México (aportando rapidamente pelos EUA em seu final), constituiu-se, mediante suas obras, em um diálogo entre dados empíricos encontrados em profusão e um vasto arsenal de reflexões, conjecturas e descobertas encontradas na modernidade.

Assim, a singularidade de sua empreitada é que ela incluiu num mesmo viés explicativo visões de mundo aparentemente antagônicas: a derivada da Ciência Moderna e do Iluminismo com a oriunda do Romantismo Alemão. Aqui podemos incluir, um pouco à margem de tendências hegemônicas, Goethe.

Munido de todo esse arcabouço profícuo de ideias, a expedição citada nutriu-se delas. Entretanto, como escreveu em carta a Schelling, citada por Ricotta (2004), o contato direto com aquelas massas de matéria teria sido mais rico do que a leitura de muitas obras.

Ao longo do período citado, foram muitas as descobertas científicas realizadas em solo americano. Vamos nos amparar em Kohlhepp (2006) para narrar algumas: explorou os quase desconhecidos lhanos venezuelanos e a floresta tropical do Rio Orinoco; narrou, com independência – ele estava financiando a própria viagem, é bom ressaltar –, as condições socioeconômicas dos nativos; ainda na Venezuela descobriu a biodiversidade da floresta tropical traçando um perfil comparativo com as florestas temperadas da Europa; usou o termo Hileia, oriundo de Heródoto, para

designar as florestas tropicais sempre verdes; coletou, junto com o companheiro de viagem Bonpland (1773-1856), cerca de 5800 amostras botânicas, das quais 3600 eram desconhecidas; quase chegaram ao topo do Chimborazo (Equador), alcançando ao que estima-se hoje a 5400m de um total de 6267m – por essa ocasião fizeram uma série de medidas barométricas, vendo a vida se esvaír à medida que o ar ia ficando rarefeito. Agregando informações, vale mencionar a confirmação da existência de uma corrente marítima fria que serpenteia o Chile e que hoje leva seu nome e os estudos da fertilidade do guano no Peru.

Além disso, é importante mencionar as denúncias à escravidão em Cuba, levantamentos estatísticos sobre a sociedade mexicana, entre outros aspectos que auxiliaram as ainda nascentes Ciências Humanas.

Não é de se estranhar a quantidade de pesquisas e obras realizadas atualmente resgatando o legado humboldtiano. Não seria de todo equivocado dizer que irradia, do legado do autor prussiano, um projeto de ciência que visa enredar as duas perspectivas do saber que problematizamos ao longo deste item: a ciência moderna com ampla penetração no Iluminismo francês e o Romantismo Alemão.

No estilo de linguagem dos “Quadros da Natureza” (1808), por exemplo, já vemos um contraponto à escrita factual, carente de metáforas, de envolvimento passional com o que está sendo abordado, características típicas da ciência moderna. Tomemos, como exemplo, a seguinte passagem, extraída da obra em alusão:

[,,] a transparente pureza do céu estrelado, o balsâmico perfume das flores que as da terra levavam, fizeram acreditar a Colombo [...] que o jardim do Éden se encontrava ali próximo [...]. Essa poética paisagem [...] oferece nova prova de que a imaginação do poeta se manifesta no ousado navegante (HUMBOLDT, 1950, p. 214).

A descrição, como podemos notar, é altamente recheada de tons poéticos e de uma textura literária. Humboldt não se esquivava de expressar as sensações derivadas do contato e de, muitas vezes, de um encantamento com os objetos empíricos de uma paragem observada.

A linguagem poética, literária, recria, no nosso ver, o significado atribuído ao empírico, que, no caso de toda obra de Humboldt, é tratado nos moldes convencionais do indutivismo baconiano, mas também, na perspectiva de um aporte estético e lúdico. A natureza é, portanto, em Humboldt, vista nos moldes convencionais supostamente objetivos, – tanto o foi que listamos algumas das contribuições científicas oriundas da expedição -, mas é regurgitada numa narrativa poética após ser sorvida pelos sentidos, pela interioridade do sujeito. O empírico, conectado causalmente, readquire odores (“balsâmico”), sensações térmicas (“suave frescura”) e, à medida que encanta o viajante, é reencantado por ele, deixando de ser definido como átomos arranjados que servem de *a priori* para a abordagem científica (qualidades primárias). Em Humboldt (1997), estabiliza-se a alteridade de hemisférios mediante a descrição/percepção empírica da beleza. O empírico ganha aqui outra dimensão. Assim: “The poetic element must emanate from the intuitive perception between the sensuous and the intellectual, and for the universality and reciprocal limitation and unity of all the vital forces of nature”. (HUMBOLDT, 1997, p. 81).

Na citação proveniente do *Cosmos*, Humboldt alude que o elemento poético é emanado do enredamento entre razão e sensibilidade. Serve, a intuição estimulada pelo contato empírico com os elementos que formam, diversamente, a totalidade da natureza, de estímulo não só para a razão, mas para a expressão artística. Humboldt (1950) chega a se lamentar que em sua expedição à América Espanhola não houvesse a presença de um pintor. Podemos supor que a própria ideia de “quadros da natureza” emana do princípio de que Humboldt estaria, com os fragmentos de textos que compõem a obra, dando moldura às híbridas descrições que fez. E aqui, claramente, o empírico é resignificado mediante uma interdependência entre sujeito e objeto. Seguindo esse aporte, Schelling (1963), o filósofo por excelência do Romantismo Alemão, assim se expressou: Se no vemos las cosas en su esencia, sólo sólo en su forma vacía y abstracta, nada nos dirán a nuestra intimidade; debemos

prestar-les nuestro próprio sentimento, nuestro próprio espíritu para que nos respondan (SCHELLING, 1963, p. 34).

Não queremos aqui dizer que há uma igualdade de tendências na filosofia e na arte na hoje Alemanha que encaminharam Humboldt a seguir uma única tendência. Não falamos aqui também em influências mecânicas. Mas há, com toda certeza, semelhanças que criam, digamos assim, certa “germanidade”, certos consensos. Como não ver em Humboldt uma concordância com Schiller (1963) – que negou o Romantismo em sua maturidade – quando o autor de *Os Bandoleiros* afirma que a beleza une o sensível e o espiritual? Aqui, o empírico ganha uma função de religar o que pode estar apartado no sujeito, ganhando função ativa.

Enfim, outro autor que compartilhou da relevância da interação mundo empírico/sensibilidade e sujeito do conhecimento foi o já citado Goethe. Em um notável aforismo, escreveu: “É um negócio agradável pesquisar a si mesmo e a natureza, não violentando nem o seu espírito nem a ela, mas equilibrando-os por meio de uma suave influência recíproca” (GOETHE, 2003b, p. 39).

Portanto, podemos afirmar, com certa propriedade, que a distinção entre qualidades primárias e secundárias da matéria, uma premissa importante no advento da Ciência Moderna, é negada ontologicamente pelo “modo germânico de pensar” desse período. Aqui, encontramos românticos como Schelling e Novalis e autores que, apesar de terem traços do Romantismo Alemão, como Goethe e Schiller. Ponto comum entre esses autores também é a ideia do “sentimento de natureza”, que faz do elemento empírico organizado um mediador de sensações que vão, à maneira de Giordano Bruno (1548-1600) e Espinosa (1632-1677), conduzir o sujeito a esferas indizíveis e imateriais que produzem sensações de deleite.

Em Rousseau (1995), antes do Romantismo, tal deleite o faz retornar ao ventre materno da natureza, que perpetua a unidade genésica entre interno e externo, sujeito e objeto. Assim: “Nunca medito, nunca sonho mais deliciosamente do que quando me esqueço de mim mesmo. Tenho êxtases, arroubos inexprimíveis a ponto de me fundir, por assim dizer, no conjunto dos seres, de me identificar com a Natureza inteira” (ROUSSEAU, 1995, p. 56).

De acordo com Lisboa (1997), Humboldt teria sido precursor, entre inúmeros viajantes (como Spix e Martius, que estiveram no Brasil entre 1817 e 1821), do que se designou “sentimento da natureza” ou *naturgefühl*. As características desse sentimento têm como ponto de partida imprescindível o empírico, os fragmentos de natureza. Porém, a partir desses “retalhos” de informação o observador, o estudioso teria que se entregar ao que o mundo físico/empírico desperta de eterno e transcendente dentro de si. Assim, os fragmentos de informação empírica são enredados via um processo interior não apenas racional, que une a diversidade e põe o estudioso em enlace com o que o cerca, elevando-se transcendentalmente. É o que encontramos nessa bela passagem:

Hoje, contudo, ao chegar à noite, recordamos, por uma ilusão dos sentidos, aquelas imagens de um tempo que passou. Quando o extremo da planície se ilumina com o rápido nascimento ou acaso dos astros brilhantes, ou a luz trêmula destes se reflete sobre as camadas inferiores dos vapores ondulantes, julgamos ter diante dos olhos um oceano imenso. Como este, as charmeças enchem também a alma com o sentimento do infinito, desligam-na das impressões materiais que produzem os espaços limitados e elevam-na as mais altas aspirações. Mas tão suave é a contemplação do claro espelho do mar, encrespado pelas ondas inquietas e espumantes, como fria e morta a perspectiva dos desertos, semelhante a que apresentaria a crosta escaldada de um planeta devastado (HUMBOLDT, 1950, p. 5).

Gozos, sentimento do infinito, elevação da alma ao absoluto são elementos que aparecem frequentemente tanto no *Cosmos* quanto nos “Quadros da Natureza”. A impressão que temos é que o empírico, enredado na totalidade organizacional chamada de natureza, religa o sujeito a algo transcendente e indizível. Nestes termos, o empírico tragado e reconfigurado pelo sujeito, induz não

à dissociação, mas à conexão inexorável entre homem e mundo. Isso numa perspectiva cósmica. Somos quase tentados a dizer que há aqui uma tendência panteísta. Mas deixemos tal arroubo para ser desenvolvido em outro momento.

5. CONCLUSÃO

Temos consciência de que estudar o que chamamos de empírico pode gerar certa estranheza. O tema em si se entrecruza com vários outros conceitos/nominações como natureza, matéria, objeto, entre tantos. Contudo, acreditamos que o significado do empírico vincula-se a questões que transcendem à visão corrente que o concebe como algo material e factual. Disso decorre que os três momentos problematizados no artigo explicitam uma questão norteadora de todo o texto: o que chamamos de empírico decorre da percepção que o sujeito tem de mundo, que se alimenta de contextos sociais, econômicos e culturais.

Assim, na Idade Média, o intelectual privilegia o imaterial, ao laço que o religa ao sagrado. Há nisso, fortes relações com a hierarquia social do período. Por outro lado, os chamados “Descobrimientos” possuíram forte vínculo com a gradual estruturação do capitalismo. Não demoraria para que o encontro de “novas terras e gentes” culminasse num conflito entre dogma e experiência. Aqui, cremos que irrompe a modernidade e a noção de empírico associado à ideia de natureza recurso, objeto apartado do sujeito. A Ciência Moderna, como vimos, é fundamental a essa perspectiva.

Finalmente, em uma Alemanha ainda não plenamente desenvolvida e unificada, com raízes nórdicas e uma base rural/feudal, surgem ideias reativas à Ciência Moderna, associada a raízes greco-romanas latinas. A arte assume traços quase religiosos e a dicotomia sujeito-objeto é questionada. Eis que surge em Humboldt, viajando pela América Espanhola, um novo significado dado ao empírico, relacionado à ciência, mas reencantado com uma prosa poética que emoldura sua descrição. Há, aqui, muito do Romantismo Alemão associado à tendência científica convencional, clássica.

O elemento empírico, assim, é significado e ressignificado em diferentes temporalidades. E tal fato aponta que somos doadores de sentido para as coisas que nos rodeiam. E isso é feito em consonância com o laço social que nos enreda.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ACOSTA, J. de. **Historia Natural y Moral de las Índias**. Madri: Dastin, s.d.

BAUAB, F. P. **Da Geografia Medieval às origens da Geografia Moderna**: contrastes entre diferentes de natureza, espaço e tempo. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente, 2005, 301p.

BAUAB, F. P. **Do conhecimento geográfico medieval à Geografia Geral (1650)**: uma contribuição ao estudo da história e da epistemologia. Cascavel, PR: Edunioeste, 2012.

BENASSAR, B. Dos mundos fechados à abertura do mundo. *In*: NOVAES, A. (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOORSTIN, D. J. **Os descobridores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BORNHEIM, G. Filosofia do Romantismo. *In*: GUINSBURG, J. (Org.). **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 75-111.

- BURTT, E. A. **As bases metafísicas da Ciência Moderna**. Brasília-DF: Ed.Unb, 1991.
- CAPEL, H. **O nascimento da ciência moderna e a América** - o papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território. Maringá-PR: Eduem, 1999.
- CARVALHO, M. S. de. Geografia e imaginário na Idade Média. **RAE'GA**, ano I, n.1, p. 45-60, 1998.
- CHAUÍ, M. **Profecias e tempo do fim**. In: NOVAES, A. (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CLAUDON, F. **A enciclopédia do Romantismo**. Lisboa: Verbo, s.d.
- COLOMBO, C. **Diários da descoberta da América**. Porto Alegre: L&PM, 1991.
- CROSBY, A. W. **A mensuração da realidade: quantificação e sociedade ocidental (1250-1600)**. São Paulo: Edunesp, 1999.
- DESCARTES, R. **Discurso do Método**. São Paulo: Abril Cultural, 1999.
- DREYER-EIMBCKE, O. **O descobrimento da Terra: história e histórias da aventura cartográfica**. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1992.
- DURANT, G. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- FALBEL, N. Fundamentos históricos do Romantismo. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 113-135.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. **Os desbravadores**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- GALILEI, G. **O ensaiador**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- GIUCCI, G. **Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GOETHE, J. W. von. **Werther**. São Paulo: Abril Cultural, 1971.
- GOETHE, J. W. von. **Doutrina das cores**. São Paulo: Nova Alexandria, 2003^a.
- GOETHE, J. W. von. **Máximas e reflexões**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b.
- GROULIER, J. F. **A teologia da imagem e o estatuto da pintura**. 34. ed. São Paulo: 2004.
- HEGEL, J. F. **Estética: a arte clássica e arte romântica**. Lisboa: Guimarães Editora, 1972.
- HENRY, J. **A Revolução Científica e as origens da ciência moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- HUMBOLDT, A. von. **Quadros da Natureza**. São Paulo: W. Jackson Inc, 1950.
- HUMBOLDT, A. von. **Cosmos - a sketch of the physical description of the universe**. Baltimore: Johns Hopkins Paoerbacks Edition, 1997. v.2.

- KANT, I. **Crítica da razão Pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1999.
- KIMBLE, G. **A Geografia na Idade Média**. Londrina, PR: Eduel, 2000.
- KOHLHEPP, G. Descobertas Científicas da expedição de Alexander von Humboldt (1769-1859) na América Espanhola (1799-1804) sob ponto de vista geográfico. **Revista de Biologia e ciências da Terra**, v. 6, n.1, p. 260-278, 2006.
- LE GOFF, J. **A civilização do Ocidente Medieval**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
- LISBOA, K. M. **A Nova Atlântida de Spix e Martius**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1997.
- LOVEJOY, A. O. **A grande cadeia do ser: um estudo da história de uma ideia**. São Paulo: Palindromo, 2005.
- NOVALIS, F. von H. **Polen**. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- MANDEVILLE, J. de. **As viagens de Jean de Mandeville**. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- O'GORMAN, E. **A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir**. São Paulo: Edunesp, 1992.
- PIGAFETTA, A. **A primeira viagem ao redor do mundo**. Porto Alegre: L&PM, 2005.
- RAMOS, J. M. **Carta do Preste João das Índias: versões medievais latinas**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.
- RANGLES, W. G. L. **Da terra plana ao globo terrestre: uma mutação epistemológica rápida**. Campinas-SP: Papyrus, 1994.
- RICOTTA, L. P. **Natureza, Ciência e Estética em Alexander von Humboldt**. São Paulo: Mauad, 2004.
- ROSSI, P. **Os filósofos e as máquinas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ROSSI, P. **A ciência e filosofia dos modernos**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- ROUSSEAU, J. J. **Devaneios do caminhante solitário**. Brasília- DF: Ed. UNB, 1995.
- SAFRANSKI, R. **Romantismo- uma questão alemã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Abril Cultural, 1999.
- SÃO TOMÁS DE AQUINO. **El ente y la esencia**. Buenos Aires: Aguilar, 1963.
- SCHELLING, F. von. **Ideias para uma filosofia da natureza**. Lisboa: INCM, 2001.
- SCHELLING, F. von. **La relacion de las artes figurativas con la naturaleza**. Buenos Aires: Aguilar, 1963.

SCHILLER, F. **Cartas sobre a educação estética da humanidade**. São Paulo: Herder, 1963.

SERNA, M. (Comp.). **Crônicas de Índias**. Madri: Catedra, 2005.

VESPÚCIO, A. **Novo Mundo**: as cartas que batizaram a América. São Paulo: Planeta Brasil, 2003.

VITTE, A. C.; SILVEIRA, R. W. D. Natureza em Alexander von Humboldt: entre a ontologia e o empirismo: **Mercator**, n. 20, vol. 9, p. 179-195, 2010.

VOLOBUEF, K. **Frestas e arestas** - a prosa de ficção do Romantismo na Alemanha e no Brasil. São Paulo: Edunesp, 1999.

Data de submissão: 17.05.2018

Data de aceite: 06.05.2020

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.